

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844  
Website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Décima Segunda Sessão Ordinária**  
**27 – 29 de Janeiro de 2008**  
**ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**EX.CL/386 (XII)**

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO**  
**DA UNIÃO AFRICANA**  
**(COMEDAF III)**

## **Introdução**

A Terceira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III) foi realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 9 a 10 de Agosto de 2007, antecedida por uma reunião de altos peritos governamentais. Esta foi a primeira reunião da COMEDAF desde o lançamento do Plano de Acção para a Segunda Década da Educação para África em Setembro de 2006 em Maputo. Foi igualmente realizada uma exibição de materiais e equipamento didáctico para o ensino de ciências e tecnologia. Participaram na reunião um total de quarenta e dois (42) Estados Membros da UA. Participaram igualmente três (3) CERs, Instituições Especializadas da UA e várias Organizações Internacionais:

A Reunião elegeu a seguinte Mesa:

Presidente:	África do Sul
Primeiro Vice-presidente:	República do Congo
Segundo Vice-presidente:	Sudão
Terceiro Vice-presidente:	Gâmbia
Relator:	Jamahiriya Árabe Líbia

## **ASSUNTOS DEBATIDOS**

Os Ministros debateram o progresso alcançado na implementação do Plano de Acção, com referência especial ao Ensino Superior, Formação Técnica e Vocacional e Formação de Professores. Os Ministros debateram igualmente sobre um mecanismo de implementação e monitorização para a Segunda Década de Educação.

## **RESULTADO DA REUNIÃO**

Os resultados incluíram a adopção do seguinte:

- (i). Estratégia para a Harmonização do Ensino Superior em África;
- (ii). Estratégia para o Mecanismo de Avaliação de Qualidade para o Ensino Superior Africano;
- (iii). Estratégia para a Formação Técnica e Vocacional com especial referência aos países em situações de pós-conflito;
- (iv). Quadro de Políticas sobre o acesso ao ensino pós-primário para os refugiados e pessoas deslocadas;
- (v). Decisão para a ADEA e a Comissão procurarem a fusão das Mesas dos Ministros da COMEDAF e da ADEA; e para a ADEA convidar os Estados Membros da Região Norte de África a se tornarem membros;

- (vi). Estratégia para a colaboração, acompanhamento e informação sobre o Plano de Acção.

**DOCUMENTOS EM ANEXO**

Estão em anexo ao Relatório da COMEDAF III os seguintes documentos:

1. Relatório de Ministros
2. Comunicado.

UNIÃO AFRICANA

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251 11 5517700 Fax: 251 11 5517844  
Website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**EX.CL/386 (XII)**

**Anexo 1**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS**

## **RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. A Terceira Sessão da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III) foi realizada em Joanesburgo, África do Sul de 9 a 10 de Agosto de 2007. Os Ministros debateram sobre os progressos realizados na implementação do Plano de Acção, com referência especial ao Ensino Superior, Ensino e Formação Técnica e Vocacional e Desenvolvimento de Professores. Os Ministros debateram igualmente sobre um Mecanismo de Acompanhamento da Implementação para a Segunda Década da Educação para África. Foi igualmente realizada uma exposição de materiais e equipamentos didácticos para o ensino de ciências e tecnologia.

### **II. PARTICIPAÇÃO**

2. Estiveram presentes os Ministros dos seguintes Estados-membros da União Africana: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Lesoto, Líbia, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Os seguintes países estiveram representados por altos funcionários: Botswana, Burundi, Côte d'Ivoire, Madagáscar, Mauritânia, Níger, Quênia, Ruanda, República Árabe Saharaoui Democrática, Togo e Tunísia.

4. Estiveram igualmente presentes as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CERs), Instituições Especializadas UA e as organizações internacionais: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Instituto Internacional para a Capacitação em África (UNESCO-IICBA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA), Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População África (FNUAP), Programa Alimentar Mundial (PAM), Associação das Universidades Africanas (AAU), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Academia Africana de Línguas (ACALAN), Commonwealth, Neil Butcher & Associates, Rede Africana de Campanha sobre a Educação para Todos (ANCEFA), Associação Pan-africana para a Alfabetização e Ensino de Adultos (PAALAE) e a IPED.

**Ponto 1 da Agenda: CERIMÓNIA DE ABERTURA**

5. O Coral das Escolas Sul-africanas entreteve os delegados e posteriormente entoou o Hino da União Africana seguido do Hino Nacional da República da África do Sul.

6. A Mestre de Cerimónia, Dr<sup>a</sup> Njenga, solicitou um minuto de silêncio em memória ao malogrado Ministro da Educação do Mali, S.E. Sr. Mamadou Lamine Traoré, falecido em Julho de 2007, pela sua contribuição. Posteriormente, convidou os seguintes delegados para proferirem os discursos de abertura: Prof. Nagia Essayed, S.E. Dr. Musa Bin Jaafar Hassan, S.E. Dr. Boubekour Ben-bouزيد e S.E. Sr<sup>a</sup> Naledi Pandor.

a) **Discurso de Abertura proferido pela Professora Nagia Essayed, Comissária para os Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (RHCT)**

7. No seu discurso de abertura a Prof. Nagia Essayed, Comissária para os Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia da União Africana, destacou o seguinte:

- O sucesso da Mesa cessante, sob a presidência da Argélia, que levou a cabo uma avaliação da Primeira Década da Educação e elaborou o Plano de Acção para a Segunda Década da Educação para África;
- Foi reconhecida a maior participação de todos os intervenientes tendo sido exortado um maior envolvimento das CERs, em colaboração com as Mesas para a formulação de mecanismos de implementação e acompanhamento bem integrados;
- O papel dos parceiros, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) e a Associação das Universidades Africanas (AAU) na implementação do Plano de Acção e das iniciativas tendentes à formalização das relações entre alguns dos parceiros e a Comissão, através de Memorandos de Entendimento (MdEs);
- A Comissão, a NEPAD e a ADEA, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) estão em fase de criação de um Fundo Africano para a Educação, Ciência e Tecnologia, em conformidade com a decisão dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em 2007 de mobilizar recursos financeiros para apoiar a implementação do Plano de Acção;
- A confiança da Comissão em como a África do Sul como Presidente da COMEDAF III, com o apoio de novos membros da Mesa, vai fazer avançar

a questão do desenvolvimento da educação com a implementação da Segunda Década da Educação em África.

**b) Alocução do Embaixador S.E. Dr. Musa Bin Jaafar Hassan, Presidente da Conferência Geral da UNESCO**

8. Na sua alocução, o Presidente da Conferência Geral da UNESCO, S.E. Embaixador Dr. Musa Bin Jaafar Hassan, agradeceu o Presidente Thabo Mbeki, pela sua contribuição no desenvolvimento do continente, bem como o Governo da África do Sul e a União Africana por ter convidado a UNESCO a tomar parte na COMEDAF III. Evocou toda a história que marcou a África do Sul, nomeadamente, o combate para a libertação do apartheid e o papel remarcável de personalidades, tais como o Nelson Mandela e o Arcebispo Desmond Tutu.

9. O Dr. M.B, Jaafar Hassan realçou a oportunidade que a Conferência oferece de aproveitar a criatividade intelectual e cultural da sociedade africana. Apelou os delegados a partilharem a convicção conforme a qual as raízes da educação e cultural podem eliminar as barreiras artificiais entre os seres humanos e que a educação de hoje define a sociedade de amanhã. Sem a educação, os laços sociais enfraquecem, impedindo, portanto, as sociedades de enfrentar os desafios do futuro e construir um mundo mais justo e equitativo. Por exemplo, as raparigas e as mulheres bem educadas podem desempenhar eficazmente as suas funções na construção da pátria. As raparigas e as crianças das zonas rurais distantes, incluindo as crianças nómadas, merecem uma atenção particular no novo contexto da luta contra o VIH/SIDA.

10. A UNESCO dedica um grande interesse à cooperação com a União Africana. É desta forma que evocou entre vários objectivos definidos no Fórum Mundial de Dakar sobre a Educação, foi dada prioridade à luta contra o analfabetismo e a universalidade da educação primária, principalmente a luta contra o VIH/SIDA.

11. Sua Excelência Dr. Musa Bin Jaafar Hassan aproveitou esta oportunidade para prestar homenagem aos países africanos pelos seus esforços tendentes ao alcance da Educação para Todos. Esses esforços necessitaram da cooperação das organizações internacionais e dos doadores após a intervenção da UNESCO, graças a qual o Sultanato de Oman tornou-se um contribuinte para os esforços.

12. Para concluir, ele agradeceu aos Comités Nacionais e os representantes permanentes junto da UNESCO e, por outro lado, felicitou o Comité de Organização da Conferência.

c) **Alocução do Dr. Boubekur Ben-bouزيد, Ministro da Educação da República Popular Democrática da Argélia**

13. Na sua intervenção, S.E. Dr. Boubekur Ben-bouزيد, Ministro da Educação da República Popular Democrática da Argélia e Presidente cessante da COMEDAF II, agradeceu os delegados por terem respondido ao convite de participarem na COMEDAF III. Ao fazer o balanço da COMEDAF II, observou que um longo caminho tinha percorrido desde a Segunda Sessão Ordinária da COMEDAF II em Argel, em Abril de 2005. Neste sentido, pode-se citar, entre outros (i) avaliação da Primeira Década da Educação; (ii) elaboração do Projecto de Plano de Acção da Segunda Década e o Programa de Actividades do seu primeiro biénio; (iii) lançamento da Segunda Década da Educação. É verdade que fizemos grandes progressos, mas igualmente deve-se considerar os insucessos. Todavia, é importante interrogar se os resultados alcançados estão à altura das expectativas. É necessário avaliar a pertinência dos resultados, respeitar os prazos e os calendários de modo a serem tomadas medidas correctivas adequadas.

14. O Dr. Boubekur Ben-bouزيد, Presidente cessante da COPMEDAF II exortou a nova Mesa a trabalhar com dedicação.

d) **Alocução da Srª Naledi Pandor, Deputada, Ministra da Educação da República da África do Sul**

15. A Srª Naledi Pandor, Deputada, Ministra da Educação da República da África do Sul, saudou as mulheres na reunião, pela celebração do Dia da Mulher na República da África do Sul a 9 de Agosto. No seu discurso de abertura, destacou as seguintes questões:

- A necessidade de se alcançarem oportunidades ao ensino de qualidade, uma vez que estas são as bases para a democracia e o desenvolvimento sustentável dos países africanos;
- A necessidade da expansão do ensino secundário e terciário e a promoção da pesquisa científica e o desenvolvimento intelectual;
- A questão sobre se a realização bi-anual das reuniões da COMEDAF é suficiente para permitir que o continente leve a cabo os seus programas de educação;
- É importante referenciar que alguns países africanos não têm alcançado os seus objectivos devido à planificação inadequada e outros por falta de recursos financeiros;
- Há a necessidade dos parceiros e doadores desempenharem um maior papel e não só com a prestação de recursos financeiros, mas de igual modo assistência técnica para os Ministérios da Educação. Neste sentido,



a COMEDAF deve, de forma pró-activa, fazer o acompanhamento dos compromissos assumidos para o apoio à educação;

- Devem ser realizadas conferências anuais de educação aos níveis regionais para facilitar a compilação de relatórios regionais sobre a Década. Há a necessidade de serem realizadas consultas regionais para o acompanhamento, monitorização e a avaliação dos programas de educação que levem ao intercâmbio de experiência, colaboração e apoio aos países que enfrentem desafios.

**Ponto 2 da Agenda: VISITA À EXPOSIÇÃO DA UNIÃO AFRICANA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DIDÁCTIVO PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

16. Os delegados visitaram a exposição que foi realizada em paralelo com a COMEDAF III, onde foram recebidos pelo Vice-Ministro da Educação da República da África do Sul. Um representante da Rede dos Editores Africanos fez uma breve apresentação, na qual exortou ao desenvolvimento de Políticas do Livro nos Estados Membros. Apresentou o livro “Changing Public/Private Partnerships in the African Book Sector”. Um representante da Comissão da UA agradeceu os expositores, a ADEA e o anfitrião, República da África do Sul, pelo seu apoio.

**Ponto 3 da Agenda: ELEIÇÃO DA MESA DA COMEDAF III**

17. A Mesa da reunião é composta da seguinte forma:

Presidente: África do Sul  
1º Vice-presidente: República do Congo  
2º Vice-presidente: Sudão  
3º Vice-presidente: Gâmbia  
Relator: Jamahiriya Árabe Líbia

**Ponto 4 da Agenda: APRESENTAÇÃO E ADOÇÃO DA AGENDA E PROGRAMA DE TRABALHO**

18. A Agenda e o Programa de Trabalhos foram adoptados pela Terceira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III).

**Ponto 5 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS DA COMEDAF III**

19. O Relator da Mesa da COMEDAF III, Dr. Abulgassem Al-Badri da Jamahiriya Árabe Líbia, apresentou o relatório da Reunião de Peritos realizada de 6 a 7 de Agosto de 2007 e destacou as áreas de debates e recomendações para análise por parte dos Ministros. O relatório está em anexo.

**Debate:**

20. Nos debates que se seguiram, os Distintos Ministros apresentaram as seguintes questões:

- i. A implementação do Ensino e Formação Técnica e Vocacional deve ter em conta a necessidade para o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo e manutenção. Há a necessidade de garantir que a alfabetização e aritmética não sejam comprometidas e novas tecnologias sejam incorporadas e que o crédito transferido para a integração da educação terciária seja agilizado de modo que o Ensino e Formação Técnica e Vocacional não tenha o estatuto de uma opção para o analfabeto;
- ii. Em relação à ADEA, os distintos Ministros encorajaram a UA a acelerar a assinatura, o mais rapidamente possível, do MdE com a ADEA, convidar os países da Região Norte de África a juntarem-se à ADEA e analisar as vias de fundir as Mesas da ADEA e a da COMEDAF;
- iii. Os distintos Ministros concordaram igualmente sobre a importância do re-estabelecimento da ligação entre a educação e cultura.

21. Com estas declarações, o Relatório de Peritos foi aprovado pela Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III).

**Ponto 6 da Agenda: ANÁLISE DO DOCUMENTO “MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA A SEGUNDA DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA A ÁFRICA”**

22. A Dr<sup>a</sup>. Beatrice Njenga, Directora Interina do Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, fez uma apresentação sobre o “Mecanismo de Acompanhamento e Parcerias Estratégicas para a Implementação do Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África” e fez as seguintes observações:

- A necessidade de abordar os desafios identificados na Primeira Década da Educação tais como a propriedade inadequada por parte dos intervenientes, multiplicidade de iniciativas paralelas, divulgação e recursos inadequados da década;
- A importância de novos princípios orientadores como a garantia de maiores apoios políticos, melhor apoio múltiplo entre os Estados Membros, evitar a criação de novas estruturas e duplicações; institucionalização da colaboração, intercâmbio e partilha das experiências e informação e o estabelecimento de mecanismos efectivos de acompanhamento;
- Todos os intervenientes, incluindo a Comissão da UA, as CERs, os Estados Membros e os importantes parceiros devem desempenhar as suas

respectivas funções na aplicação e implementação ao nível doméstico do Plano de Acção;

- A necessidade de se estabelecerem mecanismos e ferramentas para o acompanhamento da implementação dos programas de educação em África. Nesse contexto, foi enviado um questionário inicial aos Estados Membros. Uma ferramenta mais elaborada baseada em indicadores estatísticos será desenvolvida à longo-prazo;
- A Mesa e os Membros do Comité Directivo devem agir como pontos focais alternativos e devem se reunir semestralmente ao nível regional; e durante as reuniões da COMEDAF deve ser dada aos Ministros a oportunidade de fazer apresentações sobre os progressos alcançados sobre temas seleccionados;
- A necessidade de estabelecer um mecanismo de incentivo para reconhecer os sucessos dos Estados Membros e das CERs em áreas específicas, por exemplo, na aplicação ao nível doméstico do Plano de Acção, na mobilização de recursos e investimentos na educação; e na implementação de decisões específicas;
- A necessidade de estabelecer parcerias estratégicas para cada área de destaque com a identificação de uma “agência directora” como principal orientadora do processo, se possível com um mandato e credibilidade pan-africana ou regional bem como defensor de uma visão semelhante a da União Africana;
- A proposta de que todos os Estados-membros seleccionem, pelo menos, uma área de destaque para liderar.

**Debate:**

23. Nos debates que se seguiram, os Distintos Ministros apresentaram as seguintes questões:

- i. A necessidade de evitar os obstáculos encontrados durante a Primeira Década da Educação e orientar a Segunda para o sucesso;
- ii. A necessidade de uma iniciativa de um Fundo para a Educação em África que possa apoiar a implementação do Plano de Acção;
- iii. O Plano deverá ser maioritariamente financiado por recursos africanos com apoio diversificado dos intervenientes, incluindo o sector privado e instituições religiosas;
- iv. A necessidade de mobilizar recursos com particular destaque nos países emergentes de conflitos;

- v. A necessidade de apoiar os países que tenham baixas taxas de ensino pós-primário;
  - vi. Os parceiros devem apoiar o actual Plano de Acção e evitar a criação de novos planos;
  - vii. A necessidade de envolver as CERs, em particular aquelas que não são pró-activas para apresentar e participar na implementação do Plano de Acção;
  - viii. Há a necessidade de destacar sobre a questão da fuga de cérebros uma vez que faz escassear a capacidade dos países africanos;
  - ix. A diáspora africana deve ser convidada a desempenhar uma função na área da educação em África;
  - x. Centros de pesquisa e desenvolvimento como a CODESRIA necessitam de apoio estratégico e capacitação;
  - xi. A juventude e as crianças de África necessitam de habilidades de orientação e aconselhamento para permiti-las lidar com os desafios e dificuldades da vida. Neste sentido, há a necessidade de desenvolver parcerias estratégicas nessa área;
  - xii. O Plano de Acção deve igualmente destacar no ensino do civismo, moral e paz;
  - xiii. É necessário estabelecer programas de formação e instituições para gestores da educação. As referidas instituições devem ser desenvolvidas para centros de excelência para a educação;
  - xiv. Há a necessidade de rever a função das instituições especializadas da UA tais como a ACALAN, IPED e o CIEFFA bem como as Agências como a UNESCO;
  - xv. A Comissão da UA deve liderar a Segunda Década, consultando grupos técnicos para cada área de destaque;
  - xvi. Há a necessidade de serem claramente definidas as funções dos importantes parceiros através de consultas.
24. A reunião aprovou o mecanismo de acompanhamento proposto e recomendou o seguinte:
- Os pontos focais devem ser designados nos Ministérios da Educação e nas CERs para ligação com a Comissão da UA;

- As CERs devem ser o destaque para as acções de acompanhamento e apoiar na mobilização de recursos bem como na formação;
- Devem ser organizadas conferências regionais sob os auspícios das CERs, preparando informações para a COMEDAF;
- Apoiar o estabelecimento do Fundo Africano para a Educação;
- Devem ser encorajadas parcerias mas há a necessidade de garantir que os países africanos contribuam para o financiamento do Plano de Acção.

### **Ponto 7 da Agenda: DEBATE DA PLENÁRIA**

25. Os Ministros do Malawi, Argélia e África do Sul fizeram breves apresentações que provocaram debates nas seguintes áreas:

#### **a) Ensino e Formação Técnica e Vocacional**

- i) O Vice-Ministro da Educação do Malawi, S.E. Sr. Richard Msowoya (Deputado), apresentou de forma resumida o plano educacional de Ensino e Formação Técnica e Vocacional (TVET) do Malawi para 10 anos;
- ii) O distinto Ministro referiu que as suas prioridades incluem a melhoria da qualidade e o acesso ao TVET e a ligação desta tanto com a educação terciária como o mercado de trabalho. De igual modo, tem como objectivo a melhoria das habilidades pré-vocacionais e de vida, ensino primário e secundário em preparação para o TVET;
- iii) Com referência aos alcances, realçou que Malawi estabeleceu uma Instituição para o Ensino e Formação Técnica e Vocacional (TEVETA), que trata de disciplinas técnicas a todos os níveis e do desenvolvimento de um quadro de qualificações;
- iv) Entre os desafios, o distinto Ministro citou as imprecisões nos equipamentos modernos e nos recursos financeiros. Fez igualmente referência ao facto do pessoal qualificado terminar no sector privado ao invés do ensino;
- v) Referindo-se sobre a via a seguir, o distinto Ministro apresentou uma lista de actividades e estratégias, que incluem a incorporação do sector privado na planificação e prestação do TVET, melhoria dos sistemas de inspecção e de avaliação, reabilitação das infra-estruturas e prestação de habilidades de sobrevivência e de acesso ao emprego aos grupos mais vulneráveis.

- vi) Ao concluir, questionou sobre como melhorar o acesso ao TVET a todos os interessados e capazes ao invés do abandono dos sistemas formais, bem como a promoção do empreendedorismo e apoio ao sector informal.

**b) Formação de Professores**

- i) O Ministro responsável pela Educação da Argélia reflectiu sobre o desenvolvimento do Professor;
- ii) Reiterou que a Formação de Professores é fundamental para a reforma educacional. A formação inicial dos Professores é feita nas Universidades na Argélia, após formação especializada nos colégios pós-secundários (Ensino Médio). No período da independência, 95% dos professores eram franceses, entretanto, em 1962, 65% dos Professores não possuíam formação Universitária, uma vez que o governo teve que usar Professores sem formação para substituir os franceses;
- iii) O défice na qualidade dos Professores situa-se tanto a nível da falta do conteúdo académico como na insuficiência da competência linguística. Os Professores primários e secundários têm vindo a realizar formação em-serviço durante os últimos 10 anos. Foram recrutados 66.000 Professores com qualificação universitária, devido a prioridade do governo neste sentido. São prestados subsídios para os Professores para a formação com TICs modernas;
- iv) Actualmente, é exigido que todos os Professores tenham formação em informática. Durante a formação em-serviço, os Professores obtêm promoção salarial. Uma soma de 4,5 biliões de dólares é consagrada cada ano para a educação primária e secundária e aperfeiçoamento de professores na Argélia.

**c) Ensino Superior**

- i) A Ministra da Educação da África do Sul iniciou a sua alocução corrigindo a má percepção dos sistemas universitários e escolares deixados pelo colonizadores. De facto, em muitos casos, as universidades foram criadas pelos governos pós-coloniais (apesar de algumas delas terem posteriormente declinado). No Botswana, por exemplo, havia somente duas escolas secundárias durante o período da independência, já agora, há várias. A RDC, no período da independência, possuía somente um médico, de modo que toda a formação do actual pessoal médico congolês, foi feita após a independência da Bélgica;
- ii) A distinta Ministra fez menção de que num passado recente o ensino superior era negligenciado pelos nossos parceiros internacionais.

Actualmente, com o reconhecimento da importância do ensino superior para o desenvolvimento económico e social, bem como para a consolidação da democracia e justiça, a COMEDAF reconhece a importância do ensino superior, para que esta apoie os outros níveis de educação, incluindo o género e a cultura, o desenvolvimento curricular e a pesquisa pedagógica;

- iii) A qualidade, o acesso, a igualdade e o reconhecimento mútuo dos certificados são importantes questões ao nível mundial. A Ministra fez menção ao Processo de Bologna que criou um novo sistema de ensino superior na Europa, do qual África devia aprender;
- iv) Há a necessidade de fortalecer os sistemas de ensino superior, iniciando com o destaque no crescimento e qualidade – com a criação de quadros de garantia da qualidade, sistemas de auditoria institucional, sistemas de acreditação e promoção da qualidade para prestadores públicos e privados do ensino superior. Na África do Sul, será brevemente tornado como política um quadro de qualificações, garantindo que as qualificações de todas as instituições atinjam certas normas comuns;
- v) A Ministra reiterou a necessidade por instituições de financiamento e apoios financeiros adequados para estudantes pobres bem sucedidos, particularmente as raparigas e mulheres, bem como as sociedades marginalizadas. É necessária a liberalização e independência do espaço académico com responsabilidade. Devem ser disponibilizados recursos adequados, incluindo infra-estruturas, bibliotecas e instituições das TICs, bem como para a capacitação em pesquisas;
- vi) Deve ser destacada a habilidade pedagógica para o ensino de qualidade no Ensino Superior. As universidades devem atingir todas as expectativas da sociedade, incluindo a produção de recursos humanos. Deve ser destacado o conhecimento, o desenvolvimento da cultura africana, história e outros, ao invés de serem meros depositários de sistemas de conhecimento externo. Será necessária a reforma curricular contínua de modo a se alcançar a qualidade e relevância do ensino superior.

**Debate:**

26. Nos debates subsequentes, os distintos Ministros do Chade, Guiné, Egipto, Angola, Etiópia, Sudão e Gana felicitaram os apresentadores e fizeram contribuições construtivas sobre estes tópicos, destacando-se os seguintes:

- i) O Ensino e Formação Técnica e Vocacional (TVET) foi reconhecido como uma prioridade para o alcance das necessidades dos países para as habilidades técnicas de nível médio e foi solicitado que seja

melhorado o estatuto do TVET. Em alguns países, está em abordagem de forma inovadora o desafio do alto custo do TVET;

- ii) Em vários países, está em curso a reforma no desenvolvimento do professores para corrigir os desafios resultantes dos programas de formação inadequados, a formação dispendiosa no estrangeiro, bem como o recrutamento de um grande número de professores sem formação. Estão em implementação programas de formação em serviço e de reciclagem de professores. Os programas e certificados de formação de professores estão a ser elevados aos níveis de diploma e licenciatura;
- iii) Foi reiterada a importância do ensino superior visto a necessidade de garantir a mobilidade dos estudantes, professores e da força de trabalho em geral em todo o continente, de acordo com a visão de integração e desenvolvimento económico. Vários países abordam as questões da qualidade no ensino superior. Há necessidade de serem disponibilizados recursos de forma estratégica para as diferentes áreas de estudo e pesquisa. Mecanismos de subsídios ajudam a garantir o acesso para os estudantes menos favorecidos ;
- iv) A reconstrução pós-conflito em curso, inclui a reconstrução de infraestruturas de TVET, formação de professores e de ensino superior;
- v) As reformas nos sistemas de educação incluem maior envolvimento do sector privado na prestação do ensino, bem como o uso de métodos de ensino à distância para a formação de professores.

**Ponto 8 da Agenda: DISCURSO DA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, S.E. Sr<sup>a</sup> PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA**

27. No seu discurso, a Vice-presidente destacou que o ensino é o emprego mais importante do mundo, a seguir a paternidade. Destacou a importância de levar uma criança das circunstâncias de pobreza para o mais alto nível de ensino, o que pode mudar o destino de toda uma família. Realçou, que a educação é, portanto, a arma mais poderosa que pode ser usada para mudar o mundo. Lembrou a Conferência que a população de África é maioritariamente composta por jovens, o que é um bem e oportunidade para investimento e não deve ser negligenciado. A Vice-presidente lembrou igualmente a Conferência que a educação é um dos direitos humanos básicos.

28. Em relação a Visão da União Africana, a Vice-presidente destacou a necessidade de acções mais concretas para apoiar a Visão, uma vez que o continente conta connosco. Reiterou a necessidade de se evitarem demoras na implementação do Plano de Acção para a Segunda Década da Educação, porque as crianças não podem esperar. Necessitamos mudar rapidamente das estratégias



para a implementação. Manifestou o seu apoio como parceira para a implementação do Plano de Acção.

29. Fez menção da necessidade de se situar a África no seio do conhecimento económico, mesmo quando abordamos as necessidades básicas de África. Os povos do continente africano necessitam ser impulsionados a avançar. Reconheceu a decisão da COMEDAF de encorajar a integração do Plano de Acção nas estratégias nacionais de redução da pobreza.

30. A Vice-presidente felicitou a decisão de garantir a colaboração com os parceiros de modo a evitar-se duplicações desnecessárias e exortou aos Estados Membros a apresentar os seus planos nacionais integrados, conforme acordado no Plano de Acção.

31. Reconhecendo que muitos jovens estão fora do sistema de ensino e muitos jovens formados dos sistemas de ensino africano continuam desempregados, a Vice-presidente referiu que esses jovens são um potencial recurso e um grande desafio que devemos abordar. Devemos mobilizar recursos para implementar mecanismos institucionais que respondam de forma estratégica. Isto deve iniciar com uma avaliação das necessidades deste grupo de cidadãos.

32. Em relação ao TVET realçou ser um pilar importante para a concretização do crescimento económico nos países e para facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, reiterou a necessidade que sejam feitos pagamentos apropriados aos serviços oferecidos pelos formados em TVET, entre os quais à várias mulheres. Referindo-se ao desenvolvimento de professores, fez menção à necessidade de se introduzirem TICs modernas para garantir que sejamos capazes de atingir grandes números, de forma eficiente e efectiva e, em relação à fuga de cérebros, a Vice-presidente referiu que devemos garantir a mobilidade dos africanos em toda a África, incluindo os africanos na diáspora.

33. Prometeu o seu compromisso em apoiar a implementação do Plano de Acção.

34. Destacando a importância do papel da mulher para o fim da pobreza entre o género, a Vice-presidente destacou a necessidade de se investir mais nas raparigas e mulheres na abordagem das questões de nutrição e dos ambientes de ensino e aprendizagem. Concluiu, desejando a todas as mulheres um feliz Dia da Mulher Sul-africana e realçou estar esperançada em melhorias no progresso da implementação do Plano de Acção.

### **Moção de Agradecimento apresentada pela Ministra da Educação da República do Congo**

35. Em nome dos seus colegas Ministros da Educação e todos os delegados e participantes, a Ministra da Educação da República do Congo, Senhora Rosalie Kama-Niama Youa, agradeceu as autoridades da África do Sul pelo acolhimento

caloroso que receberam desde a chegada neste país, símbolo de corraçgem e de luta de libertaçãõ. Ela confirmou a total disponibilidade dos Estados Membros em assegurar o sucesso da Conferência.

36. A Senhora Ministra do Congo recordou que a Educaçãõ, quando é de qualidade, torna-se um dos pilares essenciais do desenvolvimento sócio-económico e igualmente um factor de boa governaçãõ e de integraçãõ. Comprometeu-se, em nome dos seus colegas, a envidar todos os esforços necessários com vista a implementaçãõ do Plano de Acçãõ da Década da Educaçãõ para África e a materializaçãõ das Resoluções da COMEDAF III.

37. Aproveitando a oportunidade do dia 9 de Agosto, Dia Nacional da Mulher Sul-africana, ela formulou votos de felicidades e saúde a todas as mulheres.

38. Concluiu o seu discurso renovando os seus agradecimentos ao Presidente Thabo MBEKI, ao seu governo e ao povo da África do Sul pela sua hospitalidade.

**Ponto 9 da Agenda: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A ÁFRICA, PELO REPRESENTANTE DO BAD**

39. A Sr<sup>a</sup> El Bakri Vice-presidente do Banco Africano do Desenvolvimento (BAD), que em nome do seu Presidente Dr. Donald Kaberuka agradeceu e congratulou a República da África do Sul e a União Africana pela excelente organizaçãõ deste importante acontecimento. Agradeceu igualmente os parceiros bilaterais e multilaterais do Banco pela excelente colaboraçãõ. Indicou que, muitos progressos foram realizados desde a Conferência da COMEDAF II, em Argel em 2005. Sob este título, ela evocou entre outros, os esforços envidados a nível nacional, regional e continental, o trabalho intensivo realizado pelos Ministros Africanos responsáveis pela Ciência e Tecnologia, o Secretariado da NEPAD e da CUA, a Cimeira de Janeiro de 2007, tendo como tema “Ciência e Tecnologia e a Pesquisa Científica”.

40. Em conformidade com estes progressos, o BAD desenvolveu uma estratégia em matéria de ensino superior para a ciência e tecnologia que será submetida a aprovaçãõ do seu Conselho de Administraçãõ, no final de 2007. Os três pilares desta estratégia são os seguintes:

- O apoio aos Centros de Excelência nacionais e regionais;
- Construçãõ de infraestruturas para o ensino superior da ciência e tecnologia;
- Estabelecimento de um laço entre o ensino superior da ciência e tecnologia no sector da produçãõ.

41. Na qualidade de líder das instituições financeiras para o desenvolvimento do continente, o Banco organizou uma reunião de alto nível em Julho de 2007, em Tunes, Tunísia, com a participação da UA, ADEA e do NEPAD, sob as condições de implementação da Segunda Década de Educação e do seu Plano de Acção. Uma das conclusões deste encontro, foi a decisão de estudar a criação de um Fundo Africano para a Educação, Ciência e Tecnologia. O Consultor será responsável de estudar todos os aspectos relativos à implementação e gestão deste Fundo. A Sr<sup>a</sup> El Bakri informou os delegados sobre os principais pontos de referência do Consultor, o calendário, etc. Chamou igualmente a atenção dos delegados, sobre a necessidade de aproveitar as lições das experiências de gestão de outros Fundos e os possíveis obstáculos na implementação deste Fundo. Nomeadamente:

- A necessidade para os países de harmonizar e articular os seus objectivos com aqueles do Plano de Acção da Década;
- Um compromisso político e financeiro importante da parte dos Estados Membros;
- A emergência de reforçar as parcerias com os diferentes actores incluindo o sector privado e de ser pro-activo e inovador.

**Debate:**

42. Durante o debate que se seguiu, foram feitas as seguintes observações:

- Apoio dos delegados na criação do Fundo;
- A África deve primeiramente contar com as suas próprias forças antes de se recorrer ao exterior, tendo em conta que a implementação do Plano de Acção da Década, cabe ao primeiro chefe nos países e outras regiões africanas;
- Estabelecer claramente a Visão, a Missão, os Objectivos e as prioridades do Fundo;
- Assegurar a implicação do sector privado no processo de mobilização de recursos para alimentar o Fundo;
- A capacidade de absorção dos países e a transformação dos recursos em realizações pertinentes, conforme as necessidades dos países;
- A consideração das intervenções e Fundos existentes, a fim de evitar a duplicação;
- A possibilidade de extensão de apoio de outros domínios da Década, para além da Ciência e Tecnologia;

- Inspirar-se das experiências nacionais e regionais em matéria de mobilização de recursos, a favor da educação e investir nas iniciativas regionais;
- Apoio do Fundo às acções concretas, urgentes a favor dos países emergentes de conflitos;
- A implementação de um mecanismo transparente para o acompanhamento da utilização, da gestão e funcionamento do Fundo;
- A tomada em consideração do curso do estudo da harmonização e a revisão eventuais, dos Fundos existentes.

43. Em resposta às preocupações dos delegados, a Sr<sup>a</sup> El Bakri reafirmou aos delegados sobre a utilização da abordagem participativa durante o estudo da implementação do Fundo.

44. A Conferência recomendou que o estudo baseie-se sobre os princípios da não duplicação dos recursos, de uma participação inclusiva dos actores, e de uma abordagem que considere as preocupações e prioridades dos países.

**Ponto 10 da Agenda: APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO DOCUMENTO DE POLÍTICAS DA UNIÃO AFRICANA SOBRE O ACESSO AO ENSINO PÓS-PRIMÁRIO PARA AS VÍTIMAS DO DESLOCAMENTO FORÇADO EM ÁFRICA**

45. Na sua apresentação, o Embaixador Emile Ognimba, Director do Departamento dos Assuntos Políticos da Comissão da União Africana lembrou as várias decisões do Conselho Executivo, EX.CL/Dec. 240 (VIII) e EX.CL/Dec. 340 (XI) que solicitam a Comissão a desenvolver uma política relativa ao acesso ao ensino pós-primário para as vítimas do deslocamento forçado em África, que foi feita em colaboração com vários intervenientes, incluindo Ministros responsáveis pelos refugiados, regressados e pessoas internamente deslocadas, que se reuniram durante a Conferência Ministerial de Ouagadougou sobre Refugiados, Regressados e Pessoas Internamente Deslocadas em África, realizada em Junho de 2006.

46. Apresentou dados estatísticos sobre a magnitude do problema indicando haver cerca de 35 milhões de vítimas do deslocamento forçado em África, 7 milhões das quais são jovens e somente 3% dos quais têm acesso ao ensino pós-primário. Destacou o facto da diferença existente não só para as vítimas do deslocamento forçado mas igualmente para os cidadãos africanos, uma vez que muitos países africanos não possuíam políticas sobre o acesso ao ensino pós-primário, e onde essas políticas existam, há uma diferença entre a política e a prática.

47. Destacou ainda que o período de deslocamento aumentou de 7 anos em 1993 para 17 anos ultimamente. Portanto, realçou que se nada for feito para melhorar o acesso ao ensino pós-primário para as vítimas do deslocamento forçado, as suas necessidades poderão continuar sem ser resolvidas por um longo período.

48. Concluiu destacando os conceitos principais, os diferentes princípios orientadores e as estratégias de implementação propostas, bem como as estratégias de mobilização de recursos apresentadas para a análise da reunião e possível adopção antes da sua adopção subsequente por parte do Conselho Executivo.

**Debate:**

49. Durante os debates subsequentes, a reunião, no geral, apoiou o projecto de Política e sugeriu os seguintes pontos para melhorar ainda mais a Política:

- i) A necessidade de prestar apoio aos países saídos de conflitos e melhorar a educação como uma ferramenta para a reconstrução. Para este fim, foi sugerido que a Comissão realize um estudo para rever os países em reconstrução pós-conflito, com vista à partilha de experiências que possam informar os países que tenham saído de situação de conflito mais recentemente;
- ii) A necessidade de destacar no ensino pós-primário, como um todo, incluindo o acesso para as vítimas do deslocamento forçado e outras crianças em circunstâncias difíceis. Para este fim, foi sugerida a possibilidade de análise da declaração universal do ensino pós-primário para todos, incluindo nas áreas de emergência;
- iii) A necessidade de haver uma metodologia abrangente para a reconstrução pós-conflito, incluindo as acções políticas de reabilitação económica, bem como de reabilitação do ensino, incluindo a melhoria do acesso ao ensino pós-primário;
- iv) Seja analisado o estabelecimento do Fundo e das modalidades práticas para este fim, bem como para a sua operacionalização, incluindo a possibilidade da integração no Fundo Especial de Contingência do Refugiado, de modo a evitar a criação de vários fundos e para que não se percam na busca de possíveis fundos definidos para as vítimas do deslocamento forçado;

50. A reunião adoptou a Política como um quadro útil para a formulação de políticas que tratem das vítimas do deslocamento forçado ao nível nacional.

**Ponto 11 da Agenda: DATA E LOCAL DA REUNIÃO DA COMEDAF IV**

51. A Líbia realçou que a prioridade para a realização da COMEDAF IV deve ser dada aos países das regiões Ocidental, Oriental e Central que ainda não

albergaram. Na eventualidade de não terem surgido ofertas, a Líbia ofereceu-se a acolher.

52. A Comissão foi instruída a escrever para os Estados-membros solicitando a indicação de ofertas para a realização da COMEDAF IV e o local será decidido na próxima Mesa da reunião.

**Ponto 12 da Agenda: APRESENTAÇÃO E ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DA COMEDAF III DIVERSOS**

53. O Relatório foi adoptado com emendas.

**Ponto 13 da Agenda: DIVERSOS**

54. Nenhuma questão foi levantada sobre este ponto.

**Ponto 14 da Agenda: DISCURSO DE ENCERRAMENTO**

55. A Comissária para os Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia da Comissão da União Africana agradeceu aos distintos Ministros pelo seu apoio e pelos debates bem sucedidos, que vão contribuir para a implementação da Agenda da Segunda Década para a Educação para a África. Concluiu agradecendo ao país anfitrião, a República da África do Sul e ao pessoal técnico pelo seu trabalho na preparação e gestão da Conferência.

UNIÃO AFRICANA

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251 11 5517700 Fax: 251 11 5517844

Website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

EX.CL/386 (XII)

Anexo II

**COMUNICADO DA COMEDAF III**

**10 DE AGOSTO DE 2007**

**JOANESBURGO**

**COMUNICADO DA COMEDAF III**

1. A Terceira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III) foi realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 9 a 10 de Agosto de 2007, antecedida de uma reunião de Altos Peritos Governamentais. Os Ministros debateram sobre os progressos realizados na implementação do Plano de Acção, com especial referência ao ensino superior, TVET e formação do professor. Os Ministros debateram igualmente um mecanismo de implementação e monitorização para a Segunda Década da Educação. Foi igualmente realizada uma exposição de materiais e equipamentos didácticos para o ensino das ciências e tecnologia.

2. Um total de 42 Estados-membros da UA participaram na reunião. Participaram igualmente três (3) CERs, instituições especializadas da União Africana e organizações internacionais.

3. A Reunião elegeu a seguinte Mesa:

Presidente: África do Sul  
1º Vice-presidente: República do Congo  
2º Vice-presidente: Sudão  
3º Vice-presidente: Gâmbia  
Relator: Jamahiriya Árabe Líbia

4. A Conferência analisou várias apresentações sobre os progressos realizados na implementação do Plano de Acção para a Segunda Década da Educação para a África e aprovou os seguintes documentos como quadros úteis que irão orientar as políticas e programas nas importantes áreas:

- i) Estratégia para a Harmonização do Ensino Superior em África;
- ii) Estratégia para um Mecanismo de Avaliação da Qualidade para o Ensino Superior Africano;
- iii) Estratégia para o Ensino e Formação Técnica e Vocacional com especial referência aos países em situação de pós-conflito;
- iv) Quadro Político sobre o Acesso ao Ensino Pós-primário para Refugiados e Pessoas Deslocadas.

5. A Conferência aprovou igualmente um projecto de Estratégia para o desenvolvimento de um mecanismo para a criação de um Fundo Africano para a Educação, Ciência e Tecnologia.

6. Para o acompanhamento dos compromissos assumidos por importantes actores intervenientes para o Plano de Acção para a Segunda Década da Educação para a África, a Conferência aprovou um mecanismo para prestação de informação



sobre a implementação do Plano de Acção e para o estabelecimento de parcerias estratégicas que garantam maior harmonização e coordenação dos programas no sector da educação em África.

7. A Conferência acordou nos seguintes compromissos:

- i) Os Estados Membros irão desempenhar o papel de principais defensores para o Plano de Acção, com:
  - a) a sua integração nas respectivas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento;
  - b) a identificação e institucionalização de Pontos Focais para a Educação, com o objectivo de ligação com a Comissão da União Africana e Comunidades Económicas Regionais;
  - c) a identificação de pelo menos uma área de destaque na qual cada Estado Membro actuará como líder aos níveis local e internacional;
  - d) a preparação de relatórios para apresentação nas reuniões regionais anuais e sessões bienais da COMEDAF.
- ii) As Comunidades Económicas Regionais irão desempenhar o papel de destaque para a coordenação das actividades nos Estados Membros e para a informação à Comissão da União Africana e COMEDAF, com:
  - a) a disponibilização de informação actualizada sobre o desempenho dos Estados Membros nas reuniões do Comité Directivo e da Mesa;
  - b) a compilação de relatórios anuais e organização de conferências regionais anuais para os Ministros da Educação;
  - c) o desenvolvimento de estratégias de comunicação e divulgação;
  - d) a criação de áreas para a definição da política educativa nos seus secretariados.

**Em relação à Visão Colectiva:**

A Conferência reiterou a legitimidade do Plano de Acção como a visão africana colectiva e de prioridade na educação e exortou aos parceiros a ajustarem os seus programas para educação em África em conformidade com o Plano.

**Em relação às Parcerias:**

A Conferência exortou à Comissão da União Africana a acelerar a formalização da colaboração com a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África.

**Em relação a outras questões:**

- i) De modo a garantir que os nossos sistemas de educação reflectam as realidades africanas e atinjam os desafios do Renascimento Africano, a Conferência reafirmou o compromisso de levar a cabo o processo de reconstrução dos sistemas educativos africanos tendo em conta a positiva cultura africana, as várias línguas e a promoção do ensino e aprendizagem da história africana e dos valores da sociedade;
  - ii) A Conferência comprometeu-se no desenvolvimento de políticas nacionais para fortalecer o desenvolvimento e produção de materiais didácticos de qualidade;
  - iii) Reconhecendo a importância do ensino superior no desenvolvimento nacional e regional, bem como no apoio aos ensinos primário e secundário, a Conferência reiterou a necessidade de apoiar a revitalização do ensino superior para permiti-la melhor responder às necessidades de recursos humanos e de pesquisa do continente.
8. Finalmente, a Conferência adiou a identificação e o local para a COMEDAF IV e mandatou a próxima reunião da Mesa a analisar as ofertas para albergar a próxima reunião e fazer uma selecção.

2008

# Report of the third ordinary session of the au conference of ministers of education (COMEDAF III) – 6-10 august 2007 Johannesburg, South Africa

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/3187>

*Downloaded from African Union Common Repository*